



IMAGENS DO INIMIGO: OS INDÍGENAS E A INVENÇÃO DA BARBÁRIE NOS LIVROS DIDÁTICOS

Images of the enemy: Indigenous People and the invention of barbarism in textbooks

Imágenes Del enemigo: los pueblos indígenas y La invención de La barbárie en los libros de texto

Ana Clara Menezes de Andrade¹

Resumo: O artigo analisa criticamente como os livros didáticos de História do 7º ano, de Vainfas *et al.* (2018) e Boulos (2018), retratam os primeiros contatos entre indígenas e portugueses no século XVI. A pesquisa aponta a persistência de estereótipos e visões eurocêntricas, com foco em práticas como antropofagia e guerra, em detrimento de aspectos complexos da cultura indígena. Critica o uso de imagens problemáticas, como as de Theodore de Bry, que reforçam visões dos indígenas como bárbaros. O estudo defende a necessidade de uma abordagem contra-hegemônica nos livros didáticos, que respeite a diversidade e valorize as vozes indígenas.

Palavras-chave: Livros didáticos. Indígenas. Colonização. Ensino de História.

Abstract: The article critically analyzes how 7th-grade History textbooks by Vainfas *et al.* (2018) and Boulos (2018) portray the initial encounters between Indigenous peoples and the Portuguese in the 16th century. The research highlights the persistence of stereotypes and Eurocentric perspectives, with an emphasis on practices such as cannibalism and warfare, to the detriment of more complex aspects of Indigenous culture. It criticizes the use of problematic imagery, such as that of Theodore de Bry, which reinforces portrayals of Indigenous peoples as barbaric. The study advocates for the need for a counter-hegemonic approach in textbooks—one that respects diversity and values Indigenous voices.

Keywords: Textbooks. Indigenous Peoples. Colonization. History Education.

Resumen: El artículo analiza críticamente cómo los libros de texto de Historia de 7º grado, de Vainfas *et al.* (2018) y Boulos (2018), representan los primeros contactos entre los pueblos indígenas y los portugueses en el siglo XVI. La investigación señala la persistencia de estereotipos y visiones eurocéntricas, con énfasis en prácticas como la antropofagia y la guerra, en detrimento de aspectos complejos de la cultura indígena. Critica el uso de imágenes

¹ Licenciada em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). E-mail: anaclara7012@gmail.com; Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9633207824829847>; Orcid iD: <https://orcid.org/0009-0003-1488-1005>.

problemáticas, como las de Theodore de Bry, que refuerzan la visión de los indígenas como bárbaros. El estudio defiende la necesidad de un enfoque contrahegemónico en los libros de texto, que respete la diversidad y valore las voces indígenas.

Palabras clave: libros de texto. Indígenas. Colonización. Enseñanza de la Historia.

Introdução

O modo como os livros didáticos de História representa os povos indígenas do Brasil, sobretudo no contexto da colonização portuguesa, desempenha papel crucial na formação da memória histórica das novas gerações. Essa representação, no entanto, frequentemente reproduz estereótipos construídos a partir de uma ótica eurocêntrica, negligenciando as múltiplas formas de existência, resistência e agência dos povos originários. No contexto escolar, o livro didático se constitui como uma ferramenta de mediação entre o conhecimento histórico e o aluno, atuando também como instrumento de reprodução de narrativas oficiais que, muitas vezes, silenciam ou distorcem a perspectiva indígena. Partindo dessa premissa, este artigo busca analisar criticamente como os primeiros contatos entre indígenas e portugueses no século XVI são retratados nos livros didáticos do 7º ano, com base nos manuais de Vainfas *et al.* (2018) e Boulos (2018).

A escolha desses materiais didáticos não se dá de forma aleatória. Ambos os autores possuem larga inserção no mercado editorial e suas obras são amplamente utilizadas nas escolas públicas e privadas do país, somado a isso, ambos são historiadores produzindo materiais didáticos, com destaque para Ronaldo Vainfas, que tem muitas obras e discussões voltadas para os povos indígenas. Por essa razão, os conteúdos que veiculam exercem influência direta na construção das representações sociais de crianças e adolescentes sobre o passado colonial e sobre os povos indígenas, tanto históricos quanto contemporâneos. Considerando a amplitude e complexidade do século XVI, especialmente no que tange à presença indígena e aos primeiros embates coloniais, torna-se fundamental observar como os livros didáticos abordam esse período, quais vozes são ouvidas — ou silenciadas —, e de que maneira são construídas as imagens dos sujeitos históricos envolvidos.

A análise proposta parte do exame de capítulos específicos dessas obras, com atenção às linguagens textuais e imagéticas. As narrativas sobre os povos indígenas, a prática da antropofagia entre alguns grupos, os conflitos interétnicos e as alianças com os europeus são aspectos frequentemente abordados, mas muitas vezes de forma superficial, descontextualizada ou carregada de julgamentos morais. O uso recorrente de gravuras produzidas por viajantes ou artistas europeus dos séculos XVI e XVII, como Theodore de Bry e Hans Staden — cuja veracidade e intencionalidade são questionáveis —, contribui para reforçar estereótipos

coloniais que ainda hoje ecoam no imaginário social brasileiro. Representações como a do “índio canibal”, do “guerreiro selvagem” ou do “aliado inocente” acabam por consolidar visões distorcidas e reducionistas dos povos originários.

Além das imagens, o discurso textual também é carregado de implicações ideológicas. A forma como os livros tratam conceitos como canibalismo, antropofagia, religiosidade e escravidão indígena revela não apenas lacunas conceituais, mas também uma permanência de perspectivas coloniais no ensino de História. Muitas vezes, os autores não distinguem com clareza práticas rituais de práticas de sobrevivência, nem contextualizam adequadamente os conflitos entre as etnias ou os processos de resistência e negociação protagonizados pelos indígenas. Assim, corre-se o risco de reforçar a imagem de um indígena passivo ou irracional, apagando sua agência histórica e suas estratégias políticas diante da invasão e colonização.

O referencial teórico utilizado neste trabalho apoia-se nas discussões de autores como Roger Chartier (1990 - 1991), que reflete sobre a construção dos sentidos atribuídos aos textos e às representações, e Bittencourt (2013), que discute o papel dos livros didáticos como veículos de discursos hegemonicamente produzidos. Também são mobilizadas contribuições de estudiosos das representações dos povos indígenas, como Santos (2020), que problematiza a perpetuação da imagem do indígena como selvagem ou demoníaco na iconografia europeia. Essas referências permitem compreender como o material didático não apenas informa, mas também forma, e como a história ensinada é atravessada por disputas de memória, poder e identidade.

Por fim, este artigo se propõe a contribuir com o debate sobre o ensino de História e a necessidade urgente de revisitar os currículos escolares sob uma perspectiva crítica. Em um momento em que os povos indígenas seguem lutando por seus direitos, territórios e reconhecimento, é essencial que suas histórias sejam contadas de forma crítica, plural e respeitosa. Avaliar a maneira como os livros didáticos retratam os primeiros anos da invasão portuguesa não é apenas um exercício historiográfico, mas também um gesto político e pedagógico em direção a uma educação comprometida com a justiça social e a diversidade.

Os primeiros anos da invasão portuguesa (Século XVI) nos livros do 7º ano

Os autores trazem nos livros do 7º ano um pouco do período anterior e os primeiros contatos entre brancos e indígenas. Para observação de como os povos nativos são

representados ao longo do século XVI, foi escolhido o capítulo cinco *A “Sociedade Tupinambá em Pindorama”* e doze *“Economia e sociedade na América portuguesa”* do livro do 7º ano de Vainfas *et al.* (2018), intitulado “História.Doc”. E os capítulos dois *“Povos indígenas: saberes e técnicas”*, sete *“As grandes navegações”* e nove *“América portuguesa: colonização”*, do livro de Boulos *et al.* (2018), nomeado “História, Sociedade e Cidadania”.

O capítulo *“A Sociedade Tupinambá em Pindorama”* trata dos povos indígenas da língua tupi, os primeiros a ter o contato forçado com os brancos portugueses. O recorte temporal em questão é dos anos 1000 a 1598, um período extenso para ser trabalhado em apenas um capítulo, pois o mesmo acaba não dando conta de aprofundar algumas discussões importantes para a compreensão da realidade dos povos originários antes da invasão ao território que hoje é o Brasil. O capítulo possui muitos recursos imagéticos, fontes, dentre outros materiais de acesso externo para os alunos.

Logo de início, Vainfas *et al.* (2018) escolhem como recorte dos anos 1000 a 1400, 400 anos de história em uma única página, o que causa indagação superficialidade na forma como o recorte será trabalhado, tendo em vista que no livro do 6º ano, não houve discussão propriamente sobre os indígenas nesse período anterior à colonização. Nessa lauda em específico, os autores apresentam Cunhambebe, que é o personagem micro-analítico do capítulo (personagem que possui uma forte tendência a analisar detalhes, nuances e complexidades de situações), definido como um grande guerreiro dos tamoios, e em uma seção menor, os autores abordam brevemente o povo tupi e sua língua.

Cunhambebe é ilustrado por André Trevet como uma figura imponente e forte, mas ainda assim estereotipada, tendo em vista que na legenda da imagem constitui-se a noção do líder como um devorador de inimigos, o que reforça a noção do indígena incivilizado e animalesco.

[...] a visão que prevalece ainda no senso comum brasileiro é a do indígena como desumano, indolente, preguiçoso e perigoso [...] a pouca inserção da temática indígena nos meios de comunicação brasileiros é resultado de uma opção ideológica (Lama; Vicente; Mayrink, 2016, p. 132).

Na legenda presente no livro didático, é possível identificar essas dimensões citadas, “Singularidades da França Antártica, ilustração de André Trevet, século XVI. Cunhambebe dizia ter comido mais de 10 mil inimigos. Coleção particular” (Vainfas *et al.* 2018, p. 79). Trazer esse tipo de “informação” difunde o pensamento de que os povos indígenas eram

bárbaros que matavam inimigos pelo prazer de comê-los. Isso leva a ideia do “índio selvagem”, atribuindo o viés da ignorância e irracionalidade às etnias que eram antropófagas. Abaixo, segue a ilustração apresentada no livro.

Figura 1 – Cunhambebe.



Fonte: Trevet, [s.d]. Apud. Vainfas et al, 2018.

Durante parte do capítulo, os autores focam na questão do canibalismo e antropofagismo, mas não se atentam para o fato de que estes são conceitos diferentes, e não sinônimos. No tópico “*Guerreiros e canibais*”, situado na página 84, os escritores apresentam ao leitor a seguinte explicação no glossário, “Canibal: aquele que se alimenta de carne humana. O mesmo que antropófago” (Vainfas, 2018, p. 84). A antropofagia está ligada aos rituais e práticas coletivas de determinado grupo, não a simplesmente consumir carne humana, que é o caso do canibalismo. Logo, colocar as duas práticas citadas no mesmo patamar pode levar a interpretações adversas.

No trecho abaixo, os próprios autores se contradizem ao afirmar que os tupis eram canibais, e depois apontarem que os mesmos consumiam a carne humana em rituais antropofágicos.

Então, por que os tupis faziam prisioneiros? Para comê-los! Os indígenas tupis eram canibais. Não comiam os inimigos por crueldade ou gosto, mas por acreditar que, por meio disso, absorviam sua força e coragem, além de vingarem a morte de seus parentes, comidos por aqueles mesmos inimigos em rituais antropofágicos anteriores [...] (Vainfas *et al.* 2018, p. 84).

Os estereótipos acabam sendo incorporados socialmente, e ao se deparar com essa abordagem do capítulo voltada para guerra e canibalismo, a tendência é que essas concepções negativas sejam ainda mais reforçadas, pois, frequentemente, são ligadas à selvageria e incivilidade. Isso está relacionado à visão eurocêntrica que ainda perpetua memórias e esquecimentos na sociedade (Bittencourt, 2013).

Figura 2 – Principais grupos indígenas do litoral no século XVI.

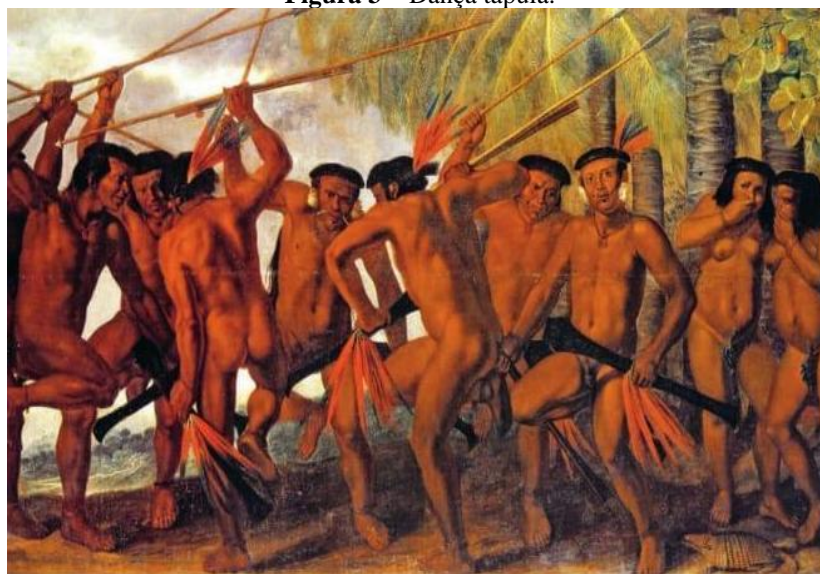


Fontes: elaborado com base em: BETHELL, Leslie. *História da América Latina*. São Paulo: Edusp, 1998. v. 1. p. 103; ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de; REIS, Arthur César Ferreira; CARVALHO, Carlos Delgado de. *Atlas histórico escolar*. Rio de Janeiro: FENAME, 1978. p. 10.

Fonte: Albuquerque; Reis; Carvalho, 1998. Apud. Vainfas *et al.*, 2018.

O mapa acima faz parte da página 80, interligado ao tópico “A origem dos nomes indígenas”. Neste tópico, Vainfas *et al.* (2018), trazem para debate uma questão pertinente, pois ressaltam que dos nomes indígenas que conhecemos, muitos foram criados pelos europeus, de forma a estereotipar e estigmatizar as nações originárias, por não saberem o nome real das etnias, ou por desdém a características físicas e culturais, nomeavam os povos indígenas pelo local em que se encontravam. Segundo Vainfas *et al.* (2018, p. 80), “[...] Os nomes resultaram de mal-entendidos, falhas na comunicação. Não exprimiam a identidade tradicional do grupo nativo”. Abordar isso é preciso para que o leitor possa compreender como os europeus criaram uma imagem do Outro, deturpada por seus paradigmas.

Figura 3 – Dança tapuia.



Dança tapuia, óleo sobre tela do holandês Albert Eckhout, 1641. Além de documentos escritos, viajantes europeus pintaram imagens dos indígenas, inclusive dos chamados tapuias. Coleção Real de Arte, Copenhague, Dinamarca.

Fonte: Eckhout, 1641. Apud. Vainfas *et al.*, 2018.

A imagem acima expressa uma manifestação cultural dos indígenas que eram chamados de tapuia, a dança. Ela está localizada na página como ilustrativa, não há menção às práticas culturais desses povos ao longo do texto ao qual ela se vincula. Essa ausência limita a percepção da diversidade dos tapuias, reforçando a narrativa da fonte visual, no caso, da tela de Eckhout.

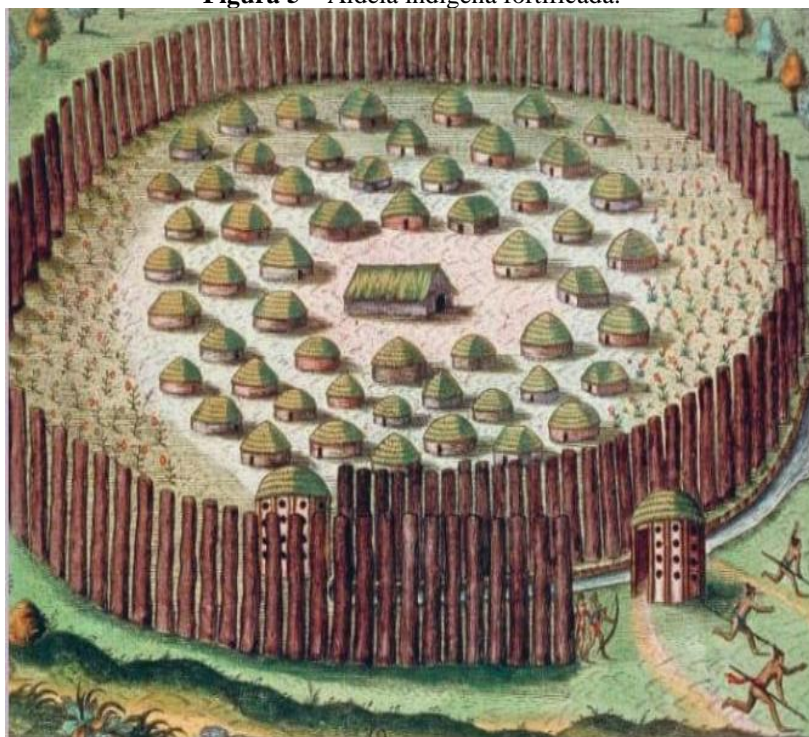
Figura 4 – Mulheres preparando a bebida.



Fonte: Duas viagens ao Brasil, 1557. Apud. Vainfas *et al.*, 2018.

Adentrando no papel das mulheres tupis na estrutura social, Vainfas *et al.* (2018) destacam a função que essas mulheres tinham na produção das bebidas. O cauim era produzido a partir da fermentação de cereais ou tubérculos, sendo uma das bebidas mais significativas na alimentação e nas práticas culturais indígenas antes da chegada dos europeus. Ao destacar a prática, Vainfas *et al.* (2018) põem em cena a xilogravura em questão, que está no livro “*Duas viagens ao Brasil*”, de Hans Staden. A autoria é desconhecida.

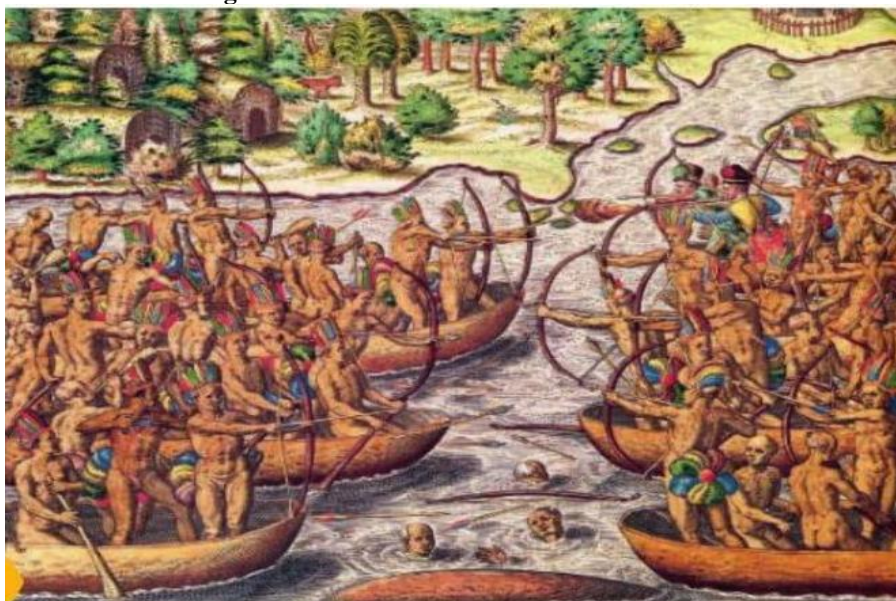
Figura 5 – Aldeia indígena fortificada.



Fonte: De Bry, 1591. Apud. Vainfas *et al.* , 2018.

Na página 83, o autor se dedica ao tocante a questão cotidiana, com a moradia dos tupis, chamadas de malocas. Segundo Vainfas *et al.* (2018), as aldeias eram compostas pelas malocas, cerca de 7 ou 8, que abrigavam as famílias, cercadas por fortificações de madeira. Estas eram utilizadas provavelmente como forma de proteção contra ataques de invasores. A imagem superior aparece com o intuito de ilustrar como eram estas malocas e, para tal, novamente o autor utiliza obras de Theodore de Bry,

Figura 6 – Combate entre tamoios e temiminós.



Fonte: De Bry, 1564. Apud. Vainfas *et al.*, 2018.

Novamente, uma gravura de Theodore de Bry é utilizada sem problematização ou maiores informações sobre a prática representada na cena, ou ao menos algum tipo de comentário sobre a construção por trás da gravura, necessária para rompimento com o olhar do colonizador. Desta vez, não há relação entre texto e imagem. Ela está na página 86 de forma ilustrativa, com uma pergunta ao lado para reflexão, mas sem contextualização de uma possível rivalidade entre os agentes citados. Há apenas uma legenda, que indica um combate “Usando canoas, tamoios e temiminós combatem na Guanabara. Gravura de Theodore de Bry, de 1564. Acervo Histórico da Marinha, Vincennes, França” (Vainfas *et al.*, 2018, p. 86).

Ao adentrar nos povos tupis do início da colonização, Vainfas *et al.* (2018) apontam que estes souberam se aproveitar bem dos embates entre os europeus a seu favor, para seus interesses. Tamoios se aliaram aos franceses, e portugueses aos temiminós. Apoiavam a quem lhes fosse mais vantajoso, para lutar contra os inimigos aos quais travavam embates antes da invasão européia. “Quase todo o litoral brasileiro foi conquistado pelos portugueses por meio de alianças com os indígenas” (Vainfas *et al.*, 2018, p. 87).

No capítulo, há uma ênfase aos processos que perpassavam conflitos étnicos de modo evidente. Vainfas *et al.* (2018) incorporam ao longo do texto em algumas passagens a história de famosos guerreiros como Cunhambebe, chefe tamoio, Tibiriçá, chefe dos temiminós e Zorobabé, chefe dos potiguaras e Piragibe, chefe dos tabajaras. Esses guerreiros tinham

destaque na configuração social e suas alianças refletem as habilidades de estratégias que podem ser consideradas políticas. Caramuru, (navegador português, de nome Diogo Álvares Correia) também é citado, embora não seja indígena, ficou assim conhecido pelos nativos que tinha contato, se tornando posteriormente um guerreiro tupinambá.

Imagem 1 – Indígenas da aldeia Jacaré.



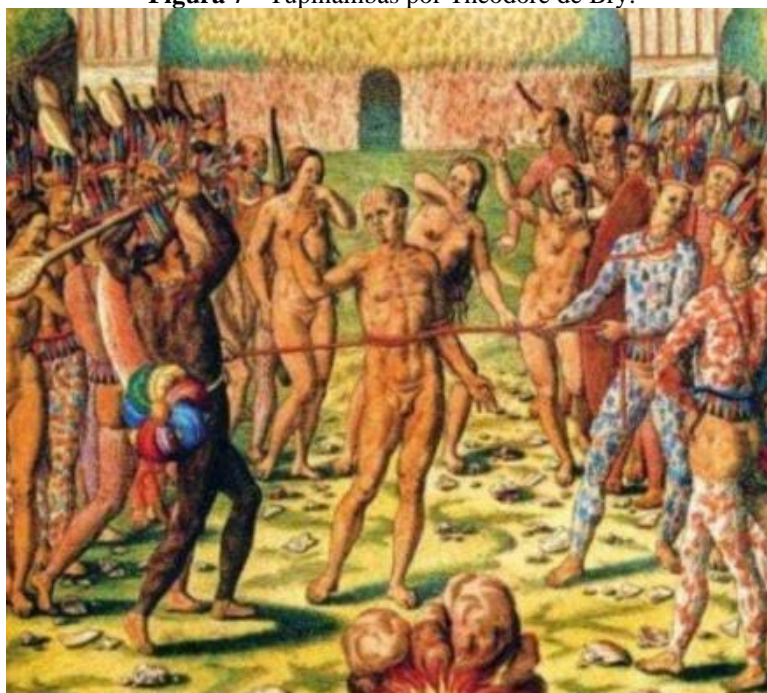
Fonte: Vainfas et al, 2018.

Em 2015 estes indígenas da aldeia Jacaré, localizada no Parque Nacional do Xingu, fazem a mesma pintura corporal usada por seus antepassados. A pintura vermelha, feita com urucum, não dura muito tempo no corpo. Entretanto, a tinta de jenipapo, preta, dura cerca de 15 dias (Vainfas *et al.* 2018, p. 84).

A imagem e a legenda acima retratam os indígenas da aldeia Jacaré, no Parque do Xingu, mas não são dadas informações na legenda de qual é o grupo representado na imagem. Além disso, o retrato está na mesma página em que é abordada a questão do canibalismo, o que pode dar a entender que a etnia representada na foto esteja ligada ao canibalismo. A imagem ilustra uma nação indígena e destaca a pintura corporal, algo que pertence às culturas indígenas e carrega valor simbólico para as diferentes etnias. Embora as pinturas façam parte das práticas cotidianas dos povos indígenas, a imagem está fora de contexto.

Vainfas *et al.* (2018) continuam na temática da antropofagia tupi, e novamente aparecem em explanação as noções de guerra e incivilidade, ao afirmar que os tupis viviam em guerra. Antropofagia é descrita no glossário como o costume de consumir carne humana. A gravura abaixo é seguida da subsequente legenda:

Figura 7 - Tupinambás por Theodore de Bry.



Fonte: De Bry, 1592. Apud. Vainfas et al, 2018.

A gravura, de 1592, foi elaborada por Theodore de Bry e incluída no livro do viajante alemão Hans Staden *Duas Viagens ao Brasil*, século XVI. Hans Staden ficou preso por alguns meses pelos indígenas tupinambás. Por sorte, ele escapou antes de ser comido (Vainfas et al, 2018, p. 85).

Nas representações construídas pelos europeus o que mais chama a atenção é o destaque para a antropofagia, algo que para os mesmos causava grande choque. Por conta dessa diferença nas práticas cotidianas, os europeus lançaram sobre os povos indígenas o olhar baseado na selvageria, crueldade e vinculação principalmente das práticas ritualísticas a algo demoníaco (Santos, 2020).

A gravura carrega em si diversos estereótipos que têm relação direta com aquele que a produziu, a imagem que queria passar e que tipo de interpretação buscou perpetuar com esse tipo de representação. Incorporar esse tipo de fonte imagética para um livro didático, reforçando a ideia de canibalismo, antropofagismo e crueldade carregam em si uma intencionalidade que não é despropositada. Tendo em vista que todos os autores são historiadores sociais, a abordagem utilizada para trabalhar os povos tupis poderia ter seguido uma linha contra-hegemônica na discussão do recorte histórico.

Theodore de Bry, que produziu a gravura, nunca chegou a pisar no que hoje é o território brasileiro, suas obras eram produzidas por relatos de viajantes, conhecidos como crônicas.

Percebe-se que o gravurista ao produzir a obra, destaca justamente o que gritava aos olhos dos homens brancos: a desumanização atribuída aos povos originários. “Os povos indígenas que buscaram manter suas tradições foram pintados como selvagens, tanto por Theodor de Bry quanto por Albert Eckhout” (Santos, 2020, p. 360).

Em uma seção da página 86, Vainfas *et al.* (2018) apresenta uma fonte documental. O fragmento faz referência aos povos tupis e descreve as cerimônias realizadas pelos pajés. Nessa fonte, que foi escrita por um padre jesuíta, poderiam ser feitas questões voltadas para que os alunos evidenciassem os estereótipos presentes no relato do padre, mas a questão pede que os estudantes pesquisem o significado de pajé e a função do mesmo no “culto”. Essa não é uma definição apropriada para se retratar aos rituais indígenas dos tupis.

Figura 8 – Relato do padre Manuel da Nóbrega.

De certos em certos anos, vêm uns feiticeiros de mui longes terras, fingindo trazer santidade [...]. Em chegando o feiticeiro com muita festa ao lugar, entra em uma casa escura e põe uma cabaça que traz em figura humana [...] e mudando a sua voz para a de menino, junto da cabaça, lhes diz que não cuidem de trabalhar, nem vão à roça, que o mantimento em si crescerá, e que nunca lhes faltará o que comer [...] e que as enxadas irão a cavar e as flechas irão ao mato por caça [...]. Acabando de falar o feiticeiro, começam a tremer, principalmente as mulheres, que parecem demoinhadas (como de certo o são), deitando-se em terra e escumando pelas bocas, e nisto lhes persuade o feiticeiro que lhes entra a santidade...

NÓBREGA, Manuel da. Informação das terras do Brasil.
In: *Cartas do Brasil (1549-1560)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. p. 99-100.

Fonte: Nóbrega, [s.d]. Apud. Vainfas et al, 2018, p. 86.

Na página 90, o tópico intitulado “*Os tupis foram aliados ou vítimas da colonização?*” Apresenta um enunciado conceitualmente problemático, na medida em que mobiliza uma oposição binária que tende a simplificar processos históricos marcados por assimetrias estruturais profundas. Ao sugerir a possibilidade de que os povos tupis tenham sido “aliados”, o título pode induzir, ainda que de forma implícita, à interpretação de que esses grupos teriam compartilhado responsabilidades pelos desdobramentos violentos da colonização, deslocando parcialmente a centralidade da dominação colonial europeia. Tal formulação corre o risco de produzir uma leitura moralizante e anacrônica, na qual a complexidade das relações coloniais é reduzida a escolhas individuais ou coletivas descontextualizadas.

É inegável que o capítulo reconhece a existência de disputas étnicas entre diferentes grupos indígenas, bem como estratégias de alianças circunstanciais estabelecidas com os

colonizadores, elementos que não devem ser omitidos, uma vez que os povos indígenas não constituíam um bloco homogêneo e atuavam politicamente conforme suas próprias lógicas, interesses e cosmologias. No entanto, é fundamental situar essas alianças dentro de um quadro de extrema desigualdade de poder, marcado pela violência, pela coerção e pela imposição de uma ordem colonial que restringia severamente as possibilidades de escolha dos grupos indígenas. Nesse sentido, alianças não podem ser compreendidas como adesões livres e simétricas ao projeto colonial, mas como estratégias de sobrevivência e resistência em um contexto de profunda vulnerabilidade.

Além disso, o próprio desenvolvimento do tópico não responde de forma direta à pergunta formulada no título, optando por uma abordagem mais implícita, na qual se evidencia que os povos tupis, de acordo com circunstâncias históricas específicas, podiam assumir posições tanto de cooperação quanto de enfrentamento em relação aos colonizadores. Essa ambiguidade, embora historicamente pertinente, poderia ser melhor explicitada, evitando leituras que atribuam aos indígenas uma corresponsabilidade pelos “males” da colonização. Ao não problematizar suficientemente o peso das estruturas coloniais e das dinâmicas de dominação, o texto corre o risco de reforçar narrativas que relativizam a violência colonial e obscurecem o caráter sistemático da exploração, do extermínio e da despossessão territorial sofridos pelos povos indígenas.

Portanto, mais do que questionar se os tupis foram “aliados ou vítimas”, seria metodologicamente mais adequado discutir como esses povos agiram dentro de um sistema colonial violento e assimétrico, no qual suas ações foram constantemente condicionadas por forças externas. Tal deslocamento analítico contribui para uma compreensão mais crítica da colonização, preservando a agência indígena sem, contudo, diluir as responsabilidades históricas do colonialismo europeu.

Adentrando na questão das epidemias que levaram indígenas de diversas etnias à morte, os escritores abordam a varíola, doença extremamente prejudicial aos indígenas, visto que não possuíam anticorpos contra as enfermidades trazidas pelos europeus. Os autores elencam à página um texto pequeno sobre a varíola e a sífilis. Segue abaixo o fragmento anexado à lauda:

Tabela 1 - Varíola e Sífilis: As doenças têm história.

No século XVI, enquanto a varíola matava milhares de indígenas no Brasil, a sífilis fazia o mesmo com os europeus.

A sífilis é uma infecção sexualmente transmissível (IST), causada por infecção bacteriana.

Muitos estudiosos afirmam que a bactéria da sífilis tem origem na América, embora nunca tenha se tornado epidemia entre as populações nativas. O contato sexual entre europeus e indígenas, segundo essa teoria, teria ativado a bactéria em proporção gigantesca. Os primeiros casos de sífilis na Europa ocorreram pouco depois de a frota de Colombo regressar da América.

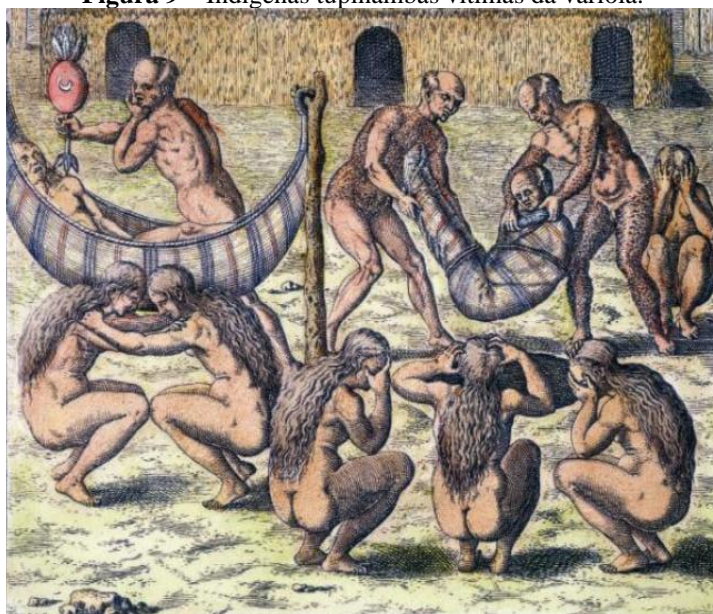
Fonte: Vainfas et al, 2018, p. 90.

Nesse texto citado, muitos elementos chamam a atenção. O primeiro é o fato dos autores apresentarem que o “contato sexual” foi responsável pelo surgimento da sífilis. Pois, não houve “contato sexual”, para Smith (2014) às mulheres indígenas eram violentadas sexualmente pelos europeus, inclusive por seus corpos serem considerados violáveis, por uma suposta “marca do pecado”. Bruit (2013) aponta que não há documentação concreta para afirmar que a origem da sífilis tenha sido na América, pois a mesma é ambígua.

A principal causa da mortalidade crescente das populações indígenas da América, durante o século XVI, foram as doenças que infeccionaram essas populações. Não obstante é mal conhecida a origem dessas doenças.- Na realidade, sobre a sífilis, tifo, malária, varíola e tuberculose existem muitas dúvidas em relação à sua origem e difusão, pois em quase todos os casos a documentação mais razoável data de fins do século XVI (Bruit, 2013, p. 93).

Outro ponto problemático é a forma como o texto foi escrito, parece toma a posição de que se a varíola foi uma doença que causou a morte dos indígenas, em contrapartida os mesmos também atingiram os europeus com a sífilis. Isso pode transmitir a ideia de que ambos foram prejudicados com o “contato”.

Figura 9 – Indígenas tupinambás vítimas da varíola.



Fonte: De Bry, 1592. Apud. Vainfas et al, 2018, p. 91.

Ainda referindo-se a varíola, outra gravura de Theodore de Bry é incorporada a discussão promovida no conteúdo. A imagem destacada acima faz referência aos indígenas tupinambás que foram vitimados pela varíola, demonstrando o desespero dos tupinambás com a doença. Percebe-se a retratação das mulheres em desespero, enquanto os homens carregam um enfermo, e o suposto pajé utiliza um chocalho para afastar espíritos ruins. Essa gravura, assim como as outras, foi produzida por relatos que Theodore de Bry teve contato, logo, está longe de ser uma representação fiel da realidade.

No capítulo 12, “*Economia e sociedade na América portuguesa*”, Vainfas et al. (2018) continuam a escrever sobre o período colonial, trazendo dentre outras questões, a escravização dos indígenas e sua exploração pelos europeus, tanto do pau-brasil, como no trabalho em lavouras e criação do gado.

A família de Garcia d’Ávila estava na Bahia havia duzentos anos, e sua história se liga ao processo de construção do domínio português sobre as terras brasileiras, à implantação da lavoura de cana-de-açúcar, à pecuária e à utilização de mão de obra escrava indígena e africana (Vainfas et al., 2018, p. 191).

Vainfas et al. (2018), aborda no capítulo, a história da família Garcia d’Ávila, na Bahia. Os historiadores citam a escravização dos povos indígenas neste contexto baiano.

Figura 10 – extração de pau-brasil pelos indígenas.



Fonte: Ramusio, 1557. Apud. Vainfas *et al.*, 2018.

As terras do Brasil estavam ameaçadas por outros invasores, além dos portugueses, de olho na rica madeira vermelha: franceses navegavam pela costa do Brasil, com o objetivo de negociar a madeira com os indígenas também na forma de escambo, como faziam os portugueses. A França, como outros países europeus, não aceitava que o Novo Mundo estivesse dividido entre os países ibéricos, conforme constava no Tratado de Tordesilhas, de 1494. E Portugal não tinha condições de patrulhar toda a costa para impedir a entrada de estrangeiros (Vainfas *et al.*, 2018, p. 192).

Nas páginas 192 e 193, os autores adentram na exploração da mão de obra indígena, principalmente na extração de pau-brasil. Além do interesse português na madeira da árvore em questão, Vainfas *et al.* (2018) destacam o interesse dos franceses que queriam comercializar a matéria-prima. O mapa disposto na página está devidamente posicionado, pois se encaixa com o texto nela presente, demonstrando uma coerência intertextual. A legenda demonstra o que ocorre na cena “Detalhe do mapa elaborado por Giovanni Battista Ramusio, em 1557, representando a extração de pau-brasil pelos indígenas. biblioteca de Alberto Govi de Fabrício Govi, Módena, Itália” (Vainfas *et al.*, 2018, p. 192).

Os tamoios, como apontam Vainfas *et al.* (2018), para defender seus interesses, se aliaram aos franceses contra os portugueses, sob a liderança do guerreiro Cunhambebe, pois os primeiros não tinham como intencionalidade escravizá-los. Tendo em vista o exposto, percebe-se que o autor dá ênfase ao fato dos tamoios arquitetarem formas de sobrevivência e preservação de sua lógica de vida.

As capitanias hereditárias não tiveram o sucesso esperado. Somente duas, a de Pernambuco, doada a Duarte Coelho, e a de São Vicente, recebida por Martin Afonso de Souza, realmente prosperaram.

O desinteresse de alguns donatários foi um dos motivos do fracasso das demais capitanias. Muitos nem sequer vieram ao Brasil conhecer suas terras. Os indígenas foram outro problema, pois reagiram à presença portuguesa e atacaram os colonos nas povoações recém-construídas. Na capitania da Bahia, por exemplo, o donatário Francisco Pereira Coutinho foi morto e devorado pelos tupinambás. Por esses e outros motivos, diversas capitanias voltaram ao domínio real, como foi o caso da capitania da Bahia.

Para manter seu domínio sobre a colônia e promover uma colonização efetiva, o governo português criou, no ano de 1548, o governo geral. Com ele, dom João III pretendia centralizar a administração, controlar os indígenas, estimular a produção colonial como um complemento da economia metropolitana e impedir que navegadores e piratas estrangeiros se estabelecessem no Brasil (Vainfas *et al.*, 2018, p. 196).

O texto acima, com título “*Centralizar para povoar*” mostra a resistência indígena, apontando para embates e enfrentamentos latentes durante o início da colonização. Os povos originários combateram aguerridamente os portugueses, até mesmo se aliando a outros europeus para conseguir seus interesses. Destacar esse caráter de luta é necessário para que não seja consolidada a imagem dos indígenas enquanto povos passivos, uma visão derrubada na historiografia brasileira e que deve ser desconstruída também nos livros didáticos de história. A medida de centralização citada por Vainfas *et al.* (2018), evidencia uma preocupação da coroa com possíveis interferências das etnias indígenas.

A catequização é mencionada neste capítulo, o autor aborda este ponto ao falar sobre a chegada dos jesuítas, mostrando a interferência destes religiosos na vida e cotidiano dos indígenas. Vainfas *et al.* (2018), trazem ao texto a fundação do colégio de São Paula de Piratininga em 1554 para a catequização, dos indígenas que consideravam como pagãos. As constatações do autor, refletem a intencionalidade dos jesuítas em enquadrar os indígenas na lógica de vida a qual acreditavam e defendiam, pautando-se pelo catolicismo para impor sua cosmovisão a estas nações, ao passo que, de tal forma, conseguiriam “docilizá-los”. Para que fossem cristianizados, salientando que os jesuítas no começo defendiam a escravidão indígena em caso de necessidade de conversão religiosa. Somente depois há uma mudança e passam a ser contra, pela forma de tratamento que os indígenas recebiam.

Coube ao terceiro governador geral do Brasil, Mem de Sá, escolhido pelo rei em 1557, a expulsão dos franceses da baía de Guanabara.

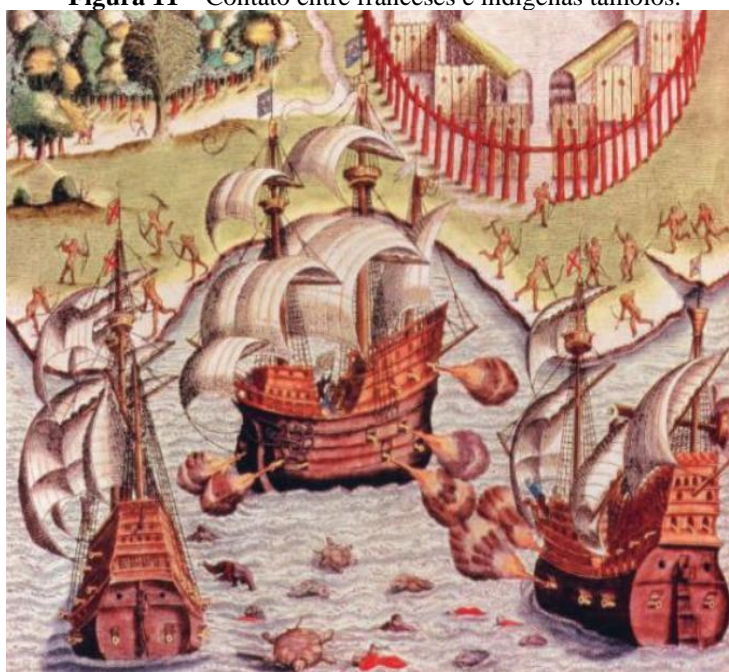
Em 1560, os portugueses tomaram o forte de Coligny. Mas eles só conseguiram derrotar os franceses, que contavam com o apoio dos tamoios, quando Estácio de Sá, sobrinho de Mem de Sá, aliou-se a outro grupo indígena, os temiminós.

Ao lado dos temiminós, liderados pelo chefe Arariboia, os portugueses expulsaram os franceses e os tamoios da Guanabara em 1567. Por seus serviços, Arariboia recebeu terras, na forma de sesmária, e uma honraria da Coroa: o título de Cavaleiro da Ordem de Cristo.

Esse tipo de estratégia foi muito comum no processo de ocupação do Brasil: os portugueses se utilizavam das rivalidades entre os grupos indígenas para conquistar territórios. E os indígenas faziam o mesmo. Os temiminós, por exemplo, haviam sido expulsos da baía de Guanabara pelos tamoios. E, para voltar, aliaram-se aos portugueses.

A cidade do Rio de Janeiro foi fundada nesse período de conflitos, no dia 1º de março de 1565 (Vainfas *et al.*, 2018, p. 199).

Figura 11 – Contato entre franceses e indígenas tamoios.

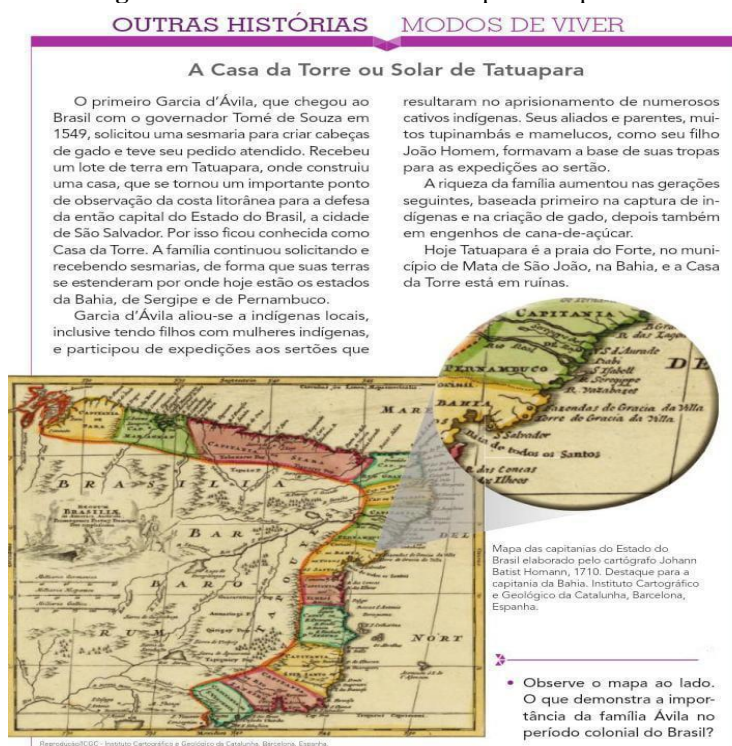


Fonte: De Bry, [s.d]. Apud. Vainfas *et al.*, 2018.

Os historiadores mostram a rivalidade entre as nações indígenas existentes, e como isso era utilizado pelos europeus como estratégia de luta entre si. É relevante dissociar as etnias indígenas para que não haja o pensamento de que eram todos homogêneos e contra os europeus. É evidente no capítulo que havia formas de pensar diferentes entre os indígenas do território que hoje é o Brasil. Não possuíam os mesmos aliados e reivindicavam de acordo com as necessidades mais latentes de seu grupo, como no caso dos tamoios que estavam do lado dos franceses e os temiminós, aliados aos portugueses. Essas nuances são fundamentais para compreensão do Brasil colônia no primeiro século da invasão.

O foco na província da Bahia é acentuado ao falar da Casa da Torre. A família Garcia D'Ávila que possuía destaque no cenário provincial em questão, e para se fortalecer ainda mais, aliou-se aos indígenas locais, tendo filhos com as mulheres indígenas. Vainfas *et al.* (2018) estabelecem um foco histórico relevante ao mostrar que, esse tipo de relação era recorrente para ganhar força no cenário social. Ponto importante que demonstra, mais uma vez, a complexidade das relações tecidas ao longo do século XVI.

Figura 12 – A Casa da Torre e o mapa das capitânicas.



Fonte: Vainfas *et al.* , 2018, p. 202.

Evidenciou-se que a abordagem dos primeiros anos da invasão portuguesa nos livros didáticos do 7º ano, na obra de Vainfas *et al.* (2018), ainda é marcada por limites significativos na representação dos povos indígenas. Apesar de reconhecerem a diversidade étnica e certa agência política indígena, os materiais analisados recorrem de forma recorrente a fontes imagéticas eurocêntricas pouco problematizadas, reforçando estereótipos associados à selvageria, à incivilidade e à antropofagia, além de apresentarem imprecisões conceituais e formulações que tendem a relativizar a violência colonial. A ênfase em conflitos, guerras e práticas ritualísticas, somada à ausência de contextualização crítica das imagens e dos

documentos, compromete a compreensão da complexidade histórica das sociedades indígenas e de suas estratégias de sobrevivência em um sistema colonial profundamente assimétrico.

Partindo para o livro de Boulos (2018) do 7º ano, três capítulos adentram nos primeiros contatos entre europeus e as nações indígenas. Começamos pelo capítulo dois “Povos indígenas: saberes e técnicas”, no qual o autor traz os incas, maias, astecas e tupis. Como aqui nos interessa os povos indígenas do Brasil, serão evidenciados os tópicos que tratam dos tupis. Na página 17, o autor traz um texto falando sobre a invasão de Cabral, e o que encontrou ao chegar ao território indígena do que hoje é o Brasil.

Quando Pedro Álvares Cabral aqui chegou, havia milhões de indígenas agrupados em mais de mil povos falantes de cerca de 1 300 línguas. Boa parte dessas línguas pertencia ao tronco Tupi. Calcula-se que, na época, a população tupi era de 1 milhão de pessoas.

Os povos tupis tinham uma origem comum: a atual Floresta Amazônica. Suas casas eram ruidosas e movimentadas. Suas aldeias eram grandes se comparadas às da Amazônia atual. Por volta de 500 a.C., eles começaram a se expandir; uma parte deles caminhou pelo interior em direção ao sul; outra parte rumou até a foz do rio Amazonas e depois avançou pelo litoral no sentido norte-sul.

Os tupis praticavam a agricultura, com destaque para o cultivo da mandioca, planta que foi descoberta e domesticada por eles. Para complementar sua dieta caçavam, pescavam e coletavam produtos da floresta.

Entre os grupos tupis que habitavam o litoral estavam os tupinambás da área onde hoje é o Rio de Janeiro; e os tupiniquins que tinham suas aldeias onde hoje é Porto Seguro, na Bahia (Boulos, 2018, p. 17).

Boulos (2018) ressalta a diversidade dos povos indígenas no território que viria a ser colonizado pelos portugueses, destacando a expressiva pluralidade linguística existente antes da chegada de Pedro Álvares Cabral. Ao mencionar, ainda que de forma sucinta, aspectos da história indígena anterior à colonização, o autor alude a um período não interferido pela presença europeia, rompendo parcialmente com a tendência de iniciar a narrativa histórica dos povos indígenas apenas a partir do contato colonial. Chama atenção o fato de que, diferentemente do que ocorre nos livros destinados ao 6º ano, nesse trecho Boulos (2018) aponta para processos históricos anteriores à colonização, situando a formação e a expansão dos povos tupis desde aproximadamente 500 a.C., com referência à origem amazônica, à organização das aldeias e às práticas agrícolas.

A inclusão desse tipo de vinculação temporal nos livros do 6º ano, especialmente nos capítulos tradicionalmente associados ao que se convencionou chamar de “pré-história”, representaria um ganho pedagógico significativo. Esse é, em geral, o primeiro momento em que os estudantes entram em contato sistemático com a História enquanto disciplina escolar, sendo,

portanto, um espaço privilegiado para desconstruir a ideia de que a história indígena começa com a chegada dos europeus. Ao apresentar os povos tupis como sociedades historicamente constituídas, dotadas de dinâmicas próprias, tecnologias, formas de organização social e processos de expansão territorial anteriores ao século XVI, contribui-se para a formação de uma compreensão mais crítica e menos eurocêntrica do passado.

Além disso, essa abordagem favorece a articulação entre História e temporalidades longas, permitindo que os alunos compreendam os povos indígenas como sujeitos históricos inseridos em processos de longa duração, e não como personagens estáticos ou meramente reativos à colonização. Assim, o ganho de inserir essa informação no 6º ano reside na construção de uma base interpretativa que valoriza a historicidade indígena desde os períodos mais recuados, possibilitando leituras mais complexas sobre o impacto da colonização nos capítulos subsequentes.

Na mesma linha, voltando-se para os primeiros contatos, no capítulo sete “*As grandes navegações*”, Boulos (2018) continua a abordar Cabral e o território brasileiro.

Os portugueses desembarcaram junto a uma aldeia do povo Tupiniquim, no lugar onde é hoje Porto Seguro, na Bahia. Lá fincaram uma cruz de madeira para dizer que daquela data em diante aquelas terras eram deles. Depois de tomar posse, estabelecer contato com os indígenas e ordenar a celebração da primeira missa, Cabral enviou um navio de volta a Lisboa levando uma carta de Pero Vaz de Caminha, o escrivão de sua esquadra, para o rei de Portugal (Boulos, 2018, p. 127).

Há, no tocante a esse contato inicial, detalhes de como este ocorreu, do desenrolar sobre os atritos incipientes e as formas de relação estabelecidas entre os tupiniquins e portugueses. Quando os portugueses chegaram, foram recebidos pelos indígenas tupiniquins (que faziam parte da grande nação Tupi), que habitavam a região. Boulos (2018) relata a primeira missa, mas, algo curioso é que o autor não traz o quadro da cena da missa, de Vitor Meirelles (1860), típico nos livros didáticos de história, o que mostra a substituição na construção intertextual (utilização da imagem da cruz fincada em Coroa Vermelha).

Há duas menções a carta de Pero Vaz de Caminha, nos capítulos sete e nove, que tocam na percepção dos portugueses sobre os povos indígenas.

Imagem 4 – Carta de Caminha (fragmento 1).

A carta de Caminha é um importante documento histórico. Leia a seguir um trecho que fala da nova terra:

Nesta terra, até agora, não pudemos saber se existe ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro. Porém, a terra em si é de bons ares, assim frios e temperados. As águas são muitas e infinitas. A terra é tão grandiosa que, querendo aproveitá-la, tudo dará nela, por causa das águas que tem.

Porém, o melhor fruto que podemos tirar dela, me parece, será salvar esta gente, tornando-a cristã.

E, desta maneira, aqui conto a Vossa Alteza o que vi nesta Vossa terra.

TORRES, Adriana; PEREIRA, André. Ilustrações de Tibúrcio. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1991. p. 21.

Fonte: Caminha, [s.d]. Apud. Boulos, 2018.

Figura 13 – Carta de Caminha (fragmento 2).

A feição deles é serem pardos, um tanto avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem-feitos. Andam nus, sem nenhuma cobertura [...]; e nisso têm tanta inocência como têm em mostrar o rosto [...].

[...] Os cabelos [...] são corredios [...] de boa grandura e rapados até por cima das orelhas.

Essa terra, Senhor, [...] é toda praia [...] e muito formosa [...]. Até agora não pudemos saber se haja ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal. [...] Contudo a terra em si é de muitos bons ares. [...] As águas são muitas, infinitas [...].

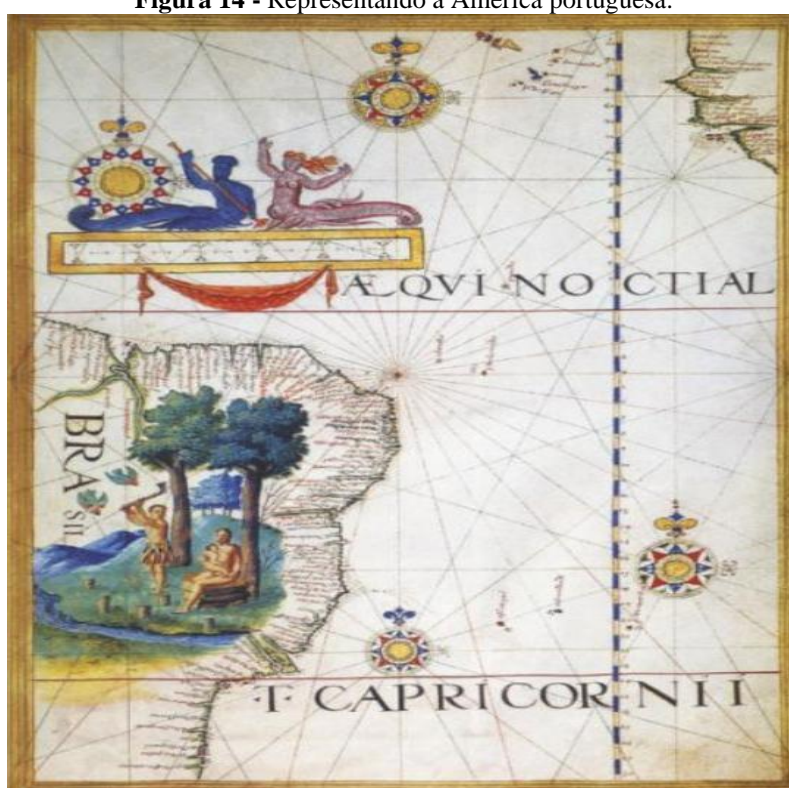
CASTRO, Therezinha de. Carta de Caminha. In: _____. *História documental do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995. p. 29, 34-35.

Fonte: Caminha, [s.d]. Apud. Boulos, 2018.

Os dois fragmentos da carta de Caminha acima fazem referência aos primeiros momentos vivenciados pelos portugueses ao verem os tupiniquins, que estranharam o contato com os primeiros, pelas diferenças étnicas latentes. O primeiro fragmento retrata o pensamento religioso de salvação do que chamam “esta gente”, o que mostra o desconhecimento acerca dos habitantes que encontraram nas terras, e ao mesmo tempo a inferiorização pela diferença nos modos de viver, na religiosidade que não era pautada pelo cristianismo católico. O fato de destacarem a salvação indica ao analisar o trecho, que os portugueses não viam nos rituais e práticas manifestações religiosas, e sim indícios de selvageria e incivilidade.

O segundo trecho demonstra o olhar sobre o Outro, marcando as diferenças de modo evidente, sobressaltando as características étnicas que provavelmente lhes causavam maior estranhamento à primeira vista. Além do olhar do branco na carta, Boulos (2018) mira também a forma como os tupiniquins enxergaram os europeus, “Os tupiniquins estranharam quase tudo: as enormes embarcações, as roupas, as botas, os chapéus, as armas de fogo e a língua daqueles homens de pele branca e face rosada [...]” (Boulos, 2018, p. 164). É importante ressaltar que o autor conduz a vista de percepções mútuas das duas partes, e que os tupiniquins também tiveram impressões sobre os invasores. Impressões estas que não eram uniformes.

Figura 14 - Representando a América portuguesa.



Fonte: Boulos, 2018.

Ao saber da existência do pau-brasil, o rei de Portugal autorizou a construção de feitorias para armazenar e comercializar a valiosa madeira. Eram os indígenas que cortavam e transportavam os troncos até as feitorias erguidas no litoral. Lá realizava-se a troca: os indígenas davam aos portugueses as toras da madeira recebiam em troca colares, facas, machados, espelhos (objetos úteis a eles). Esse tipo de troca de produto por produto é chamado de escambo (Boulos, 2018, p. 155).

As feitorias foram instalações comerciais e fortificações estabelecidas pelos portugueses ao longo da costa brasileira, durante os primeiros anos da colonização, com o objetivo de exportar as riquezas naturais, principalmente o pau-brasil, e comercializar com as metrópoles

européias. Essas feitorias funcionavam como pontos de comércio, defesa e organização do processo de exploração. A localização das feitorias também serviu para a escravização dos indígenas.

A imagem, situada na mesma página do texto superior, conta com a seguinte legenda: “Mapa ilustrado português de 1565 representando a América portuguesa. Nele, se vê um indígena erguendo o machado como quem vai cortar o pau-brasil e uma indígena com uma criança no colo” (Boulos, 2018, p. 155). A representação contida no mapa faz alusão ao período inicial da colonização, em que o Brasil se resumia a pau-brasil e os indígenas a ferramenta necessária para sua extração, retrata uma visão dos europeus acerca do território em questão.

Durante o início da invasão do Brasil, no século XVI, aconteceram vários conflitos entre os portugueses e franceses pela disputa do novo território “encontrado” e pela exploração das riquezas que foram encontradas nas terras do atual Brasil. A principal razão para os conflitos entre os dois agentes citados foi à disputa pelo domínio do território, principalmente do litoral, onde os portugueses pretendiam estabelecer seu império e os franceses buscavam criar suas colônias para tecer relações comerciais vantajosas. Nesse sentido, Portugal e França se aproveitaram das desavenças étnicas como forma de “conquista” do território.

Figura 15 – Fundação de São Vicente.

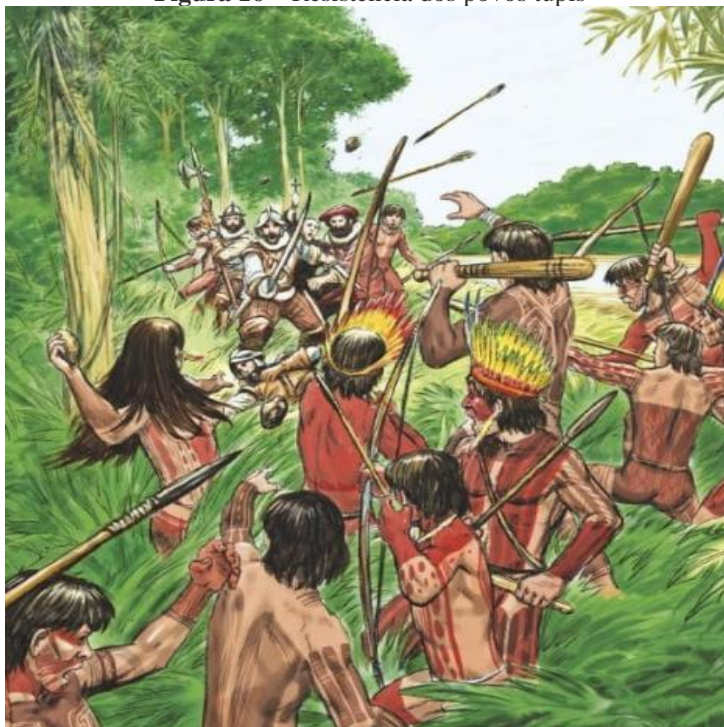


Fonte: Calixto, 1900. Apud. Boulos, 2018.

Fundação de São Vicente, de Benedito Calixto. Óleo sobre tela, 1900. Acervo do Museu Paulista da USP. A tela de Calixto pode ser vista como uma homenagem à chegada dos portugueses. O pintor opõe as roupas volumosas, capacetes e espadas dos europeus às peles, plumas e flechas dos indígenas. Gestos, poses, bandeira, cruzeiro... tudo sugere a ideia de que os portugueses viriam a ser os novos senhores da terra. Não é exagero dizer que o pintor omitiu as tensões e lutas entre os indígenas e os colonizadores. Sua obra serve para representar não o século XVI, quando se deu a fundação de São Vicente, mas o final do século XIX, quando a história oficial procurava mostrar um Brasil independente de Portugal e reconciliado com ele (Boulos, 2018, p. 156).

A imagem a cima é acompanhada da legenda seguinte. Nela percebemos a cena da fundação da primeira cidade que os portugueses construíram sobre o território indígena, em 1532. A legenda, de forma contextualizada, traz uma análise detalhada da obra e sua intencionalidade, estando bem situada, dialogando com o texto da página em que se insere. Boulos (2018) enfatiza a mensagem que o autor da tela quis passar: a ideia de vitória dos europeus e seu ideal de civilidade sobre os indígenas.

Figura 16 – Resistência dos povos tupis



Fonte: Boulos, 2018.

Como não existem relatos dos próprios tupis sobre o contato com os europeus, Boulos (2018) traz um desenho ilustrativo do conflito entre eles, demonstrando que houve luta, e que o processo de colonização, a partir da percepção das más intenções dos portugueses causaram

reações. Na cena, percebemos a figura de uma mulher indígena, que tudo indica ser uma guerreira. É significativo mostrar que, as indígenas também foram agentes atuantes contra os invasores, mesmo que não fosse algo generalizado, pela cosmovisão de cada etnia, trazer essa representação no capítulo é relevante para a inserção dessas mulheres no período histórico em questão.

Figura 17 – Povo Tupinambá de Olivença.

A história do povo Tupinambá de Olivença que não está nos livros

Há quinhentos anos atrás os portugueses invadiram nossas terras, deram o nome de Brasil a nosso território [...] e apelidaram os nativos como índios, achando que tinham chegado à Índia. [...]

Hoje estamos exigindo nossos direitos, que sabemos que temos desde muito tempo, bem antes da invasão. [...]

Agora os fazendeiros [...] falam que vivem nessa terra há 80 anos, mas eles esquecem que bem antes de Pedro Álvares Cabral invadir o Brasil, nós nativos [...] **tupinambá**, já habitávamos essas terras.

Governo, fazendeiros e **coronéis** não falam dessa dívida que têm com o povo Tupinambá de Olivença. Lembremos que, em 1560, Mem de Sá ordenou que matassem todos os Tupinambá de Olivença, o que ficou conhecido na história como a **Batalha dos Nadadores** no Rio Cururupe, que significa rio dos sapos. Mas também ficou conhecido como rio de sangue, porque a água do rio ficou vermelha como sangue. Centenas de corpos dos guerreiros Tupinambá foram colocados enfileirados no meio da praia. [...]

Mesmo com todo mal que [...] fazem contra nós, índios Tupinambá de Olivença, eles têm que saber que das árvores que eles derrubaram, ficaram muitas sementes e essas sementes brotaram e vêm brotando a cada dia que passa.

Tupinambá: significa "o mais antigo" ou o "primeiro" e se refere a uma grande nação indígena.

Coronéis: título que se dava aos fazendeiros que assumiam cargo de comando na extinta Guarda Nacional.

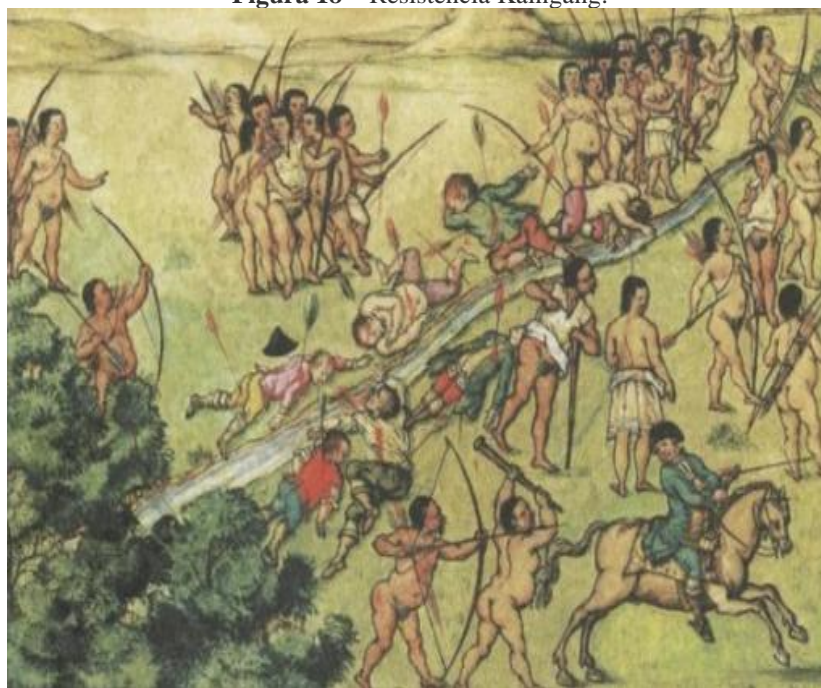
Batalha dos Nadadores: travada dentro d'água, na região do Cururupe, em Ilhéus (BA), entre homens de Mem de Sá e os tupinambás que reagiam à destruição de suas aldeias.

TUPINAMBÁ, Kaluanã. Índios on-line, ago. 2012. Disponível em: <http://www.indiosonline.net/ha-historia-do-povo-tupinamba-de-olivencia-que-nao-esta-nos-livros/>. Acesso em: 14 ago. 2018.

Fonte: Boulos, 2018.

O relato que mostra o ponto de vista do povo Tupinambá de Olivença é marcante, e sobressalta mais uma vez o ponto de vista dos povos originários, enfatizando a história dos indígenas que tanto foi suprimida nos livros didáticos de história. O trecho acima demonstra a tentativa de extermínio dos Tupinambás de Olivença, promovida por Mem de Sá, e a resistência frente aos desmontes que vem desde o começo da invasão. O discurso acerca de tais povos sempre foi voltado para a marginalização e inferiorização. Reposicionar as narrativas e construir novas formas de evidenciar o lado do Outro na história, é fundamental para a superação dos estereótipos e rompimento de paradigmas.

Figura 18 – Resistência Kaingang.



Fonte: Miranda, [s.d]. Apud. Boulos, 2018.

O desenho possui a seguinte legenda, que se articula ao texto e contextualiza o desenho na página a qual se situa:

O desenho é uma das raras imagens de resistência indígena ao avanço dos colonizadores. A cena buscou representar os Kaingang resistindo à ocupação de suas terras onde é hoje o Paraná. Conquista dos campos de Guarapuava, atribuída a Joaquim José de Miranda, século XVIII (Boulos, 2018, p. 164).

Ao salientar a economia colonial no século XVI, Boulos (2018), destaca as “guerras justas”, artifício utilizado pelos portugueses para justificar o genocídio as nações indígenas que não lhe eram aliados e retaliavam os desmontes promovidos por parte dos europeus. O intuito era escravizá-los, com a premissa de que eram povos bárbaros. A imagem acima faz alusão a um possível embate entre indígenas da nação Kaingang contra os brancos. Na cena, é visível a utilização de ferramentas de luta dos indígenas, com arco e flecha, expulsando os colonizadores. Entre a reprodução de estereótipos e a problematização do olhar colonial: um diálogo crítico entre Vainfas e Boulos

A análise comparativa dos livros didáticos de Vainfas *et al.* (2018) e Boulos (2018) revela abordagens distintas sobre os povos indígenas no contexto dos primeiros anos da invasão portuguesa, evidenciando tensões entre a permanência de representações coloniais e esforços

de renovação historiográfica no ensino de História. Embora ambos os materiais se insiram em um mesmo contexto editorial e curricular, suas escolhas narrativas, imagéticas e didáticas produzem efeitos diferentes na construção da imagem do indígena e na compreensão do processo colonial.

No livro de Vainfas *et al.* (2018), observa-se uma forte recorrência a fontes imagéticas produzidas por europeus dos séculos XVI e XVII, especialmente as gravuras de Theodore de Bry, frequentemente utilizadas sem problematização suficiente de seus contextos de produção, intencionalidades e limites enquanto fontes históricas. Ainda que o texto reconheça a diversidade étnica e mencione estratégias indígenas de resistência e alianças políticas, a ênfase reiterada em práticas como a guerra e a antropofagia — muitas vezes acompanhadas de imprecisões conceituais, como a equiparação entre canibalismo e antropofagia — acaba por reforçar estereótipos historicamente associados à barbárie e à incivilidade indígena. Nesse sentido, o protagonismo indígena aparece tensionado por uma narrativa que, ao mesmo tempo em que reconhece a agência, a enquadra dentro de categorias herdadas do olhar colonial.

Em contraste, o livro de Boulos (2018) apresenta um esforço mais consistente de deslocamento desse olhar eurocêntrico, sobretudo ao contextualizar as fontes visuais e textuais e ao explicitar seus usos políticos e ideológicos na construção da memória histórica. A análise crítica de imagens consagradas, como a pintura *Fundação de São Vicente*, evidencia para o aluno que tais representações dizem mais sobre o tempo em que foram produzidas do que sobre o século XVI em si, contribuindo para a desconstrução de narrativas naturalizadas da colonização. Além disso, ao incorporar perspectivas indígenas, ainda que mediadas, e destacar reações, resistências e estranhamentos mútuos no contato inicial, Boulos amplia o campo interpretativo e favorece uma leitura mais complexa e menos moralizante do passado colonial.

Enquanto Vainfas *et al.* (2018) tendem a privilegiar uma abordagem mais estrutural do processo colonizador, centrada nos conflitos, alianças e na lógica da ocupação territorial, Boulos enfatiza as experiências históricas dos povos indígenas, valorizando sua historicidade anterior à chegada dos europeus e suas formas de enfrentamento diante da violência colonial. Essa diferença se reflete também no tratamento das imagens: se, em Vainfas *et al.* (2018), elas frequentemente operam como ilustrações que reforçam o discurso textual, em Boulos assumem um papel analítico, convidando o estudante a questionar os sentidos produzidos pelas representações visuais.

No entanto, é importante ressaltar que, apesar dos avanços observados na obra de Boulos, ambos os livros ainda operam dentro dos limites impostos pelo formato didático e pelas disputas curriculares, o que restringe a incorporação plena de epistemologias indígenas e de narrativas produzidas pelos próprios povos originários. Ainda assim, a comparação entre as duas obras evidencia caminhos distintos no tratamento da temática indígena: de um lado, a persistência de uma narrativa que, mesmo crítica, ainda dialoga com imaginários coloniais; de outro, tentativas mais explícitas de ruptura com essas heranças, por meio da problematização das fontes, da valorização da resistência indígena e da explicitação das assimetrias do processo colonial.

Dessa forma, o diálogo entre Vainfas e Boulos permite compreender que o ensino de História é um campo de disputas simbólicas, no qual as representações dos povos indígenas continuam sendo tensionadas entre memória, poder e identidade. Analisar essas diferenças não apenas ilumina os limites e possibilidades dos livros didáticos contemporâneos, mas também reforça a necessidade de uma abordagem contra-hegemônica que reconheça os indígenas como sujeitos históricos plenos, cujas experiências não podem ser reduzidas às lentes do colonizador.

Conclusão

A análise dos livros didáticos de História do 7º ano, especialmente os de Vainfas *et al.* (2018) e Boulos (2018), evidencia como a representação dos povos indígenas no contexto da invasão portuguesa do século XVI ainda está marcada por estereótipos, silenciamentos e uma visão eurocêntrica da história. Apesar de alguns avanços pontuais, como a menção à diversidade cultural e linguística dos povos originários e à resistência indígena frente à colonização, observa-se que o foco predominante continua centrado em elementos como o canibalismo, a guerra e a aliança com os europeus, muitas vezes descontextualizados e tratados de forma simplificada.

As imagens e fontes documentais utilizadas nos livros analisados reforçam representações que desumanizam os indígenas ou os reduzem a objetos de curiosidade, contribuindo para a perpetuação de uma narrativa histórica que marginaliza suas vozes e saberes. Além disso, ao não problematizar suficientemente a violência da colonização, nem destacar de forma crítica a resistência ativa e as estratégias políticas dos povos originários, os

materiais didáticos acabam contribuindo para uma compreensão limitada e enviesada da história do Brasil.

Dessa forma, torna-se urgente repensar a maneira como o passado indígena é abordado nos livros didáticos, especialmente no que se refere ao período colonial. É fundamental que as obras didáticas incorporem perspectivas críticas, que valorizem as epistemologias indígenas, que ampliem a pluralidade de fontes e que rompam com a lógica hegemônica de silenciamento. Apenas por meio de uma abordagem crítica e comprometida com a diversidade étnico-racial será possível formar estudantes conscientes, capazes de questionar narrativas excludentes e de construir um olhar mais justo e inclusivo sobre a história do Brasil.

Referências

- BITTENCOURT, C. M. F. História das populações indígenas na escola: memórias e esquecimentos. In: PEREIRA, A. A; MONTEIRO, A. M. **Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013. p. 101 - 132.
- BOULOS, A. **História, Sociedade e Cidadania. 7º ano**. Vol. 1, 4º Ed. São Paulo. Editora FTD, 2018.
- BRUIT, H. H. A origem americana da sífilis. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, [s. l.], n. 2, p. 93–105, 2013. DOI: 10.46752/anphlac.2.2002.1345. Disponível em: <https://revista.anphlac.org.br/anphlac/article/view/1345>. Acesso em: 07 jun. 2023.
- CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601>. Acesso em: 13 fev. 2024.
- LAMAS, F.; VICENTE, G.; MAYRINK, Natasha. Os indígenas nos livros didáticos: uma abordagem crítica. **Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica**, Recife, v. 2, n. 1, 2016. p. 124-139. Disponível em: <https://encurtador.com.br/bEN17>. Acesso em: 01 de abr. 2023.
- REIS, E.; BARBOSA, R.; RODRIGUES, Elaine. **A representação do índio no livro didático**. v. 1, n. 1, 2012. Maringá. Anais da Semana de Pedagogia da UEM. Maringá: UEM, 2012, p. 1-13. Disponível em: <https://www5.usp.br/?s=A+representa%C3%A7%C3%A3o+do+%C3%ADndio+no+livro+did%C3%A1tico>. Acesso em: 29 de set. 2024.
- SANTOS, B. C. J. Representações de antropofagia indígena em Theodor de Bry e Albert Eckhout no século XVI e XVII. **Faces da História**, v. 7, n. 1, p. 359-380, 27 jun. 2020. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/view/1569/1454>. Acesso em: 9 ago. 2024.

SMITH, A. A violência sexual como uma ferramenta de genocídio. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 195, 2014. DOI: 10.22456/1982-6524.47357. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/47357>. Acesso em: 9 ago. 2024.

VAINFAS, R. *et al.* **História.doc**. 7º ano. Vol. 9, 2ª Edição. São Paulo. Saraiva, 2018.

Recebido em: 31 de agosto de 2025

Aceito em: 22 de setembro de 2025
